



GT11 - Política da Educação Superior – Trabalho 548

EXPANSÃO E DIFERENCIAÇÃO DA UNIVERSIDADE NOS NOVOS CAMPI DA USP, UNICAMP E UNESP: SELEÇÃO, ACESSO E PERFIL SOCIOECONÔMICO DO CORPO DISCENTE

Flávio Batista Ferreira - FEUSP

Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar dados sobre os processos de seleção, acesso e perfil socioeconômico dos ingressantes nos novos *campi* de USP, UNICAMP e UNESP, buscando compreender se a criação das novas unidades favoreceu processos de diferenciação nessas universidades em relação ao corpo discente. Os novos *campi* foram criados em decorrência da política de expansão do sistema público estadual paulista de ensino superior, formulada no âmbito do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo (CRUESP). Essa política definiu um plano de expansão da graduação pautado pela racionalização das novas unidades, visando ampliar a participação da oferta de graduação do sistema público estadual paulista, com baixos custos de implantação. Os novos *campi* nasceram incorporando características acadêmicas e administrativas distintas das unidades de ensino e pesquisa já existentes nessas universidades, que foram objeto de debates sobre as implicações dessas alterações sobre o conjunto da universidade. Os resultados apresentados são parciais e compõem pesquisa sobre expansão e diferenciação da universidade a partir da implantação de novos *campi* das universidades públicas estaduais paulistas.

Palavras-chave: Educação Superior, Universidade, Diferenciação, Perfil Discente.

Introdução

As políticas de expansão da educação superior no Brasil constituíram objeto de estudo recorrente nos trabalhos apresentados em reuniões científicas da ANPED no Grupo de Trabalho 11 - Políticas de Educação Superior (GT-11). Nos últimos 10 anos, considerando os trabalhos completos apresentados em reuniões nacionais, foram 17 produções científicas que tiveram como tema principal aspectos decorrentes de políticas de expansão do sistema de educação superior nacional ou da expansão de partes dele.

Foram muitas as dimensões abordadas, com estudos sobre o crescimento do setor privado (SOUZA, 2010; VALE, 2012; AVILA, 2013), sobre políticas específicas de expansão dos sistemas ou do acesso à educação superior (LÉDA, 2007; AMARAL, 2010; MEDEIROS, 2012), sobre o trabalho docente (CALDERÓN; LOURENÇO, 2009), estudos que analisaram características dos cursos implantados (SOUZA, 2007), novas tecnologias e educação à distância (GARCIA, 2008), massificação da educação superior (GOMES; MORAES, 2009), educação profissional e tecnológica (SOUZA; PEIXOTO, 2012), formação de professores (MAUÉS; SOUZA, 2013), qualidade no processo de expansão (REAL, 2015), internacionalização (MAUÉS, 2015), expansão da pós-graduação (OLIVEIRA; PEZARICO, 2015), permanência estudantil (ZAGO; PEREIRA, 2015) e tendências da educação superior (MANCEBO, 2015). Além dos trabalhos apresentados nas reuniões científicas nacionais, o GT-11 divulgou resultados de um número significativo de pesquisas sobre a expansão da educação superior em suas reuniões regionais e em livros com coletâneas de artigos (MANCEBO; BITTAR; CHAVES, 2012; JEZINE; BITTAR, 2013; SOUZA, 2015).

Em que pese essa produção expressiva, ainda existem muitas questões relacionadas à expansão da educação superior no país que merecem ser pesquisadas. Com o objetivo de contribuir para o conjunto de pesquisas nesse campo é que surgiu o projeto de pesquisa *Expansão e Diferenciação da Universidade nos Novos Campi da USP, UNICAMP e UNESP*.

O objetivo geral desse projeto de pesquisa é contribuir para a produção de conhecimento sobre a expansão da educação superior no Brasil, por meio do estudo das relações entre a expansão dos sistemas de educação superior e das instituições que os compõem e alterações em características definidoras de um tipo específico de instituição de educação superior: a universidade de pesquisa. A pesquisa busca analisar se as alterações ocorridas a partir da política de expansão do ensino de graduação do governo

do Estado de São Paulo constituem um processo de diferenciação das universidades públicas estaduais paulistas. Seu escopo abrange a análise de diferentes dimensões, que incluem: a missão da universidade, modelos de administração e gestão das universidades, naturezas das carreiras e características dos cursos implantados, perfil do corpo docente – trajetórias, formação e dedicação e perfil do corpo discente – seleção, acesso e condições socioeconômicas.

O recorte de pesquisa em torno das implicações da política de expansão sobre as universidades públicas estaduais paulistas é relevante em termos nacionais pelo papel que essas instituições desempenham na pesquisa e na formação de pesquisadores no Brasil. A caracterização das universidades que compõem o sistema público estadual paulista de educação superior como universidades de pesquisa pode ser evidenciada por indicadores de suas atividades de pós-graduação e de pesquisa.

Segundo dados do Sistema de Informações Georreferenciadas da CAPES (GeoCAPES), o Brasil teve 18.625 titulados doutores no ano de 2015. Desse total, 6.777 (36,38%) no estado de São Paulo, destes, 4.989 (26,78%) nas universidades públicas estaduais paulistas. Em relação aos programas de pós-graduação, o país teve 2095 programas de pós-graduação com nível de doutorado em funcionamento em 2015, 605 (28,87%) no estado de São Paulo e 394 (18,80%) nas universidades públicas estaduais paulistas.

Do mesmo modo que nos indicadores de pós-graduação, o sistema público paulista apresenta destaque em relação à produção em pesquisa. Do total da produção científica brasileira, 60% de todos os artigos são produzidos por sete universidades, quatro delas no estado de São Paulo (CRUZ; CHAIMOVICH, 2010). A Figura 1 mostra como a despesa pública global em pesquisa e desenvolvimento (GERD) do estado de São Paulo é significativa, apresentando valores superiores à despesa bruta global em pesquisa e desenvolvimento de países como o México, Argentina e Chile.

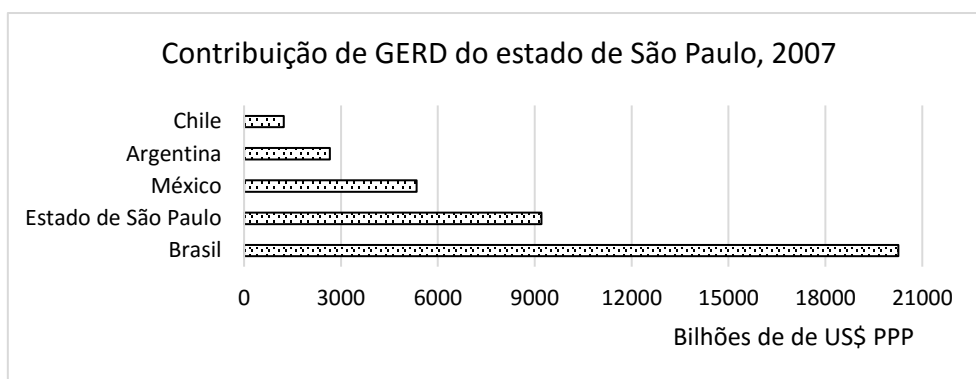


Figura 1: Valor da despesa bruta global em pesquisa e desenvolvimento (GERD) do estado de São Paulo. Fonte: CRUZ; CHAIMOVICH, 2010.

É no contexto desse projeto de pesquisa que se insere o trabalho aqui apresentado. Propomos com este estudo analisar dados sobre os processos de seleção do corpo discente, do acesso aos cursos e do perfil socioeconômico dos ingressantes das universidades públicas estaduais paulistas, com o objetivo de compreender se a criação das novas unidades favoreceu processos de diferenciação do perfil dos estudantes nessas universidades.

A Expansão do sistema público estadual paulista e a criação dos novos *campi* de USP, UNICAMP e UNESP

Em junho de 2001, o governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, anunciou o plano de expansão do sistema público estadual paulista de ensino superior. O plano estava sendo discutido no âmbito do CRUESP desde janeiro daquele ano. A proposta, posteriormente apresentada à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), definiu a expansão do sistema público de ensino superior através da ampliação da oferta de vagas na USP, UNICAMP e UNESP, e nas Faculdades de Tecnologia (FATEC).

A proposta de expansão paulista não foi isolada e teve vinculação direta com alterações nos sistemas de educação no contexto da reforma do Estado no Brasil (SGUISSARDI; SILVA JR, 2001; SILVA JR, 2002) e da promulgação da LDB-Lei 9394/1996, que originou um conjunto de planos estratégicos, como o Plano Nacional de Graduação (FORGRAD) e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) com repercussões sobre a educação superior, com objetivos e metas similares ao relatório do CRUESP. Alguns aspectos da política de expansão do ensino superior público paulista

dialogam com alterações propostas para a própria organização do Estado, no geral, e para mudanças na administração pública, em particular.

Construída através da articulação entre os dirigentes das universidades e o governo do estado, a proposta de expansão do CRUESP explicitou uma tensão entre os interesses das universidades e a expectativa do governo com a ampliação. O CRUESP vinculou a possibilidade de expansão de vagas à ampliação do orçamento das universidades, de forma permanente, enquanto o governo do estado defendeu uma expansão através de aproveitamento da capacidade ociosa e do estabelecimento de parcerias com entidades públicas e privadas, propondo a adoção intensa de práticas gerencialistas, que pudessem reduzir o custo da ampliação. Esse impasse teve repercussão na imprensa, com defesas para a suplementação orçamentária anual para a expansão por um lado (LOPES, 2001; FOLHA DE SÃO PAULO, 2001) e indicação de recursos pontuais por outro (GARCIA, 2001).

A repercussão do plano de expansão do CRUESP foi imediata. Na USP, o Jornal da USP publicou a matéria “Expansão menos Acelerada” (TAKADA, 2002), em que justificava possíveis atrasos na expansão de vagas, devido ao remanejamento de recursos inicialmente alocados para a USP e para a UNICAMP a fim de suplementar o plano de expansão da UNESP. A mesma matéria fez referência à implantação de 470 novas vagas já no vestibular de 2002, que não seriam prejudicadas pelo remanejamento de recursos. Na UNICAMP e UNESP, mesmo antes da apreciação do relatório do CRUESP pela ALESP, o documento foi apresentado aos Conselhos Universitários, onde tiveram início os debates sobre a participação das instituições no plano de expansão, com impactos para a ampliação de vagas nos cursos existentes, já para o ano de 2002.

Em relação aos novos *campi*, as três universidades iniciaram os debates sobre os projetos nos anos de 2002 e 2003. A UNESP foi a primeira das três universidades a apresentar planos detalhados de implantação de novas unidades, tendo constituído um Grupo de Trabalho do Conselho Universitário em março de 2002, que apresentou um plano de expansão propondo sete novos *campi*. As sete Unidades Diferenciadas da UNESP, posteriormente denominadas *Campi Experimentais*, iniciaram suas atividades em 2003. A USP foi a segunda a abrir novos *campi*. Em 2005, foram iniciadas as atividades do Campus - Área 2 de São Carlos e da USP-Leste, atualmente denominada Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH). A UNICAMP inaugurou seu novo campus em 2009, com a criação Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) na cidade de Limeira.

A criação de novos *campi* das universidades públicas estaduais paulistas foi resultado de uma política pública integrada, elaborada de forma articulada entre o governo do estado e as reitorias de USP, UNICAMP e UNESP, e que no decorrer dos debates, ainda anteriores às discussões pelas comunidades internas dessas universidades, sofreram alterações importantes e induções no sentido de incorporar características típicas dos movimentos de reforma do Estado e educacionais, postos em prática desde a década de 1990, ao mesmo tempo em resistências a incorporação dessas características foram estabelecidas. O projeto pautado pela oferta de vagas em graduação com custos baixos sugere a possibilidade de alterações em aspectos fundantes da constituição dessas instituições como universidades de pesquisa. Considerando a importância dessas instituições no contexto nacional, em termos de formação de pesquisadores e produção científica, estudar possíveis processos de diferenciação na USP, UNICAMP e UNESP não é uma questão restrita, pois apresenta potencial de impacto sobre todo o sistema de educação superior nacional.

Expansão dos sistemas, diferenciação na educação superior e nas universidades

As relações entre o processo de expansão dos sistemas e das instituições de educação superior com alterações em características importantes da constituição dessas instituições e sistemas foram intensamente debatidas em diversos estudos desde a década de 1960. A Universidade da Califórnia, principalmente em seus *campi* de Berkeley e Los Angeles, e no movimento de consolidação da *Carnegie Commission on Higher Education*, concentrou um importante núcleo dessas produções, que buscaram identificar alterações nos sistemas e instituições de educação superior relacionadas ao crescimento de sua oferta, da expansão das taxas de matrícula, processos de diversificação de suas funções ou da ampliação de sua importância estratégica para governos e setores produtivos, com conseqüente aumento dos financiamentos externos às suas atividades, que levaram a alterações da própria missão dessas instituições, com destaques para a ideia de multiversidade (KERR, 1983), a definição da universidade com o uma “anarquia organizada” (CLARK, 1983) até mais recentemente o conceito de “*structural accretion*” (SMELSER, 2012).

É nesse contexto que Trow (1973) propôs um modelo interpretativo para a transição de fases de desenvolvimento de sistemas de educação superior. Analisando o expressivo crescimento do número de matrículas em nível superior em países de

capitalismo avançado, após a 2ª Guerra Mundial, Trow (1973) afirma que os sistemas de educação superior, nesses países, alteraram sistemicamente uma série de características na medida em que ampliaram sua dimensão e abrangência. A partir desse estudo, o autor elaborou um modelo interpretativo para análise de múltiplos aspectos da educação superior, descrevendo fases de desenvolvimento da educação superior de sistemas de elite, para sistemas de massa, para sistemas de acesso universal (TROW, 1973).

Nos últimos anos, estudos nos campos da educação e da sociologia (GOMES; MORAES, 2012; SAMPAIO-ANDERY, 2012; AGUIAR, 2013) utilizaram o modelo interpretativo proposto por Trow para analisar uma possível transição de fases de desenvolvimento da educação superior no Brasil, decorrente das políticas de expansão e do crescimento da educação superior, constituindo uma transição de um sistema de educação de elite para um sistema de massas. De formas diferentes, a pergunta que esses estudos buscaram responder é se a expansão experimentada pelo Brasil massificou a educação superior?

A partir de dados de matrícula líquida, matrícula bruta e população na faixa etária de 18 a 24 anos, no período de 1991 a 2008, Gomes e Moraes (2012) defendem que a partir de 2002 os valores da taxa bruta de matrículas da população de 18 a 24 anos permitem afirmar que está em curso no Brasil a transição de um sistema de elite para um sistema de massas, nos termos de Trow (1973). Nessa perspectiva, a partir da análise de políticas implementadas no período, os autores também concluíram que o estabelecimento de um sistema de massas constituiu-se como política de Estado, evidenciada, pela meta do PNE de 2001, de prover a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da população na faixa etária de 18 a 24 anos, tendo se mantido nos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva (GOMES E MORAES, 2012).

Analisando a evolução da educação superior no Brasil, desde a década de 1970, com foco na diferenciação institucional e em dados socioeconômicos e de escolaridade da população de 18 a 24 anos, mirando a análise dos requisitos formais para ingresso no ensino superior, Sampaio-Andery (2012) conclui que existem limites para a classificação do sistema brasileiro como um sistema de massas. Considerando outros dados, além dos parâmetros quantitativos da classificação de transição de fases da educação superior de Trow (1973), a autora questiona a aplicação dessa classificação para o caso brasileiro. O primeiro limite, de caráter estrutural, consiste no não atendimento dos requisitos mínimos de acesso à educação superior de parcela significativa da população autodeclarada pretos

e pardos, provenientes dos quintis mais baixos de renda. Para a autora, essa situação indica a existência de processos de exclusão nos níveis escolares anteriores, que inviabiliza a transição do sistema de educação superior para um sistema de massas, a despeito da ampliação da oferta de vagas. A autora afirma que o segundo limite, de caráter institucional-normativo, encontra-se na baixa diferenciação institucional do sistema brasileiro (SAMPAIO-ANDERY, 2012).

Com o recorte temporal semelhante ao utilizado por Gomes e Moraes (2012), Aguiar (2013) propõe estudar as características da educação superior privada a partir das dimensões de análise o modelo interpretativo proposto por Trow, adaptando seu quadro de caracterização à realidade brasileira. A autora analisa a expansão da educação superior com ênfase na distinção entre o desenvolvimento do setor público e do setor privado e conclui que o sistema brasileiro sofreu uma mudança estrutural, passando de um sistema de acesso de elite para o de acesso de massas. Adicionalmente, conclui que o setor privado assumiu o atendimento da nova demanda, podendo ser tipificado, a partir das dimensões de análise de Trow, como um sistema de massas, enquanto o setor público manteve-se como espaço de formação de elite.

Para a elaboração de um método de análise da diferenciação da universidade no processo de expansão das universidades públicas estaduais paulistas, fundamentamos nossa análise no modelo interpretativo de Trow (1973), partindo do entendimento de que a criação de novos *campi* nessas universidades favorece a emergência de novas funções e alterações na organização dessas instituições, que são sistêmicas e repercutem sobre múltiplos aspectos e características. A perspectiva deste estudo é diferente dos trabalhos de Gomes e Moraes, 2012; Sampaio-Andery, 2012 e Aguiar, 2013, por definir seu escopo circunscrito aos limites das instituições. Não constitui o escopo do estudo aqui apresentado avaliar a constituição ou não de um sistema de educação superior de massas no Brasil. Apoiaremos a análise no modelo de Trow (1973) na medida em que ele permite estabelecer uma correlação entre o processo de crescimento e alterações de aspectos fundantes das universidades, mas principalmente define dimensões de análise dessas alterações.

No estudo ora apresentado, serão analisados os dados referentes a uma dessas dimensões: o corpo discente. O projeto de pesquisa em andamento prevê a análise de 5 (cinco) dimensões – missão da universidade, administração, carreiras e currículos, corpo docente e corpo discente, adaptadas das 11 (onze) dimensões propostas por Trow (1973). Considerando a ressalva feita por Trow (1973) de que a caracterização do conjunto de

alterações decorrentes da transição de fases de desenvolvimento não pode ser aplicada diretamente sobre sistemas específicos, de que essas alterações não apresentam fluxo definido, nem tempos definidos de transformação, podendo partes do sistema ou dimensões específicas de análise apontarem características de uma fase, enquanto outras se mantêm na fase anterior, a análise partirá do entendimento de que dentro de cada universidade coexistirão estruturas que podem ser classificadas como formadoras de elite, enquanto outras apresentam características de sistemas de educação de massas. É o movimento dessas alterações que denominamos diferenciação, definida como o processo dinâmico que altera essas instituições e que, no limite, pode levar ao surgimento de uma nova organização, mas não necessariamente (HUISMAN, 1998), uma vez que novas funções e/ou missões podem ser incorporadas na constituição da multiversidade (KERR, 1982).

Seleção, Acesso e Perfil Socioeconômico do Corpo Discente

Nesta seção, serão apresentados os dados que foram organizados buscando explicitar as relações entre a criação dos novos *campi* de USP, UNICAMP e UNESP e possíveis alterações em 3 (três) aspectos da transição de fases, definidos por Trow (1973): acesso e seleção, atitudes em relação ao acesso, o estudante “carreira”. Ela é definida por indicadores que permitem analisar a relação entre a expansão das universidades, seus novos cursos e *campi*, com a ampliação do acesso à educação superior e características socioeconômicas dos ingressantes.

Os dados foram extraídos das estatísticas oficiais das três universidades, através do órgão/fundações responsáveis pela gestão da seleção dos estudantes de graduação. Os dados selecionados são de concorrência, participação em programas de ação afirmativa, renda, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, oriundos de escola pública e situação laboral. Todas as análises consideraram a somatória dos dados dos vestibulares de 2012, 2013, 2014 e 2015. Nos interessa questionar se o padrão de seleção e acesso dos cursos dos novos *campi* é diferente das unidades pré-existentes das universidades, considerando aspectos destacados por Trow (1973).

Para Trow (1973), os princípios de seleção dos alunos também diferem nas diferentes fases de desenvolvimento da educação superior. Nos sistemas de elite, o critério de “*status* imputado” deu lugar a disputa meritocrática, medida pelo desempenho do estudante na escola secundária ou em exames especiais. Em instituições de ensino

superior em massa há uma aceitação geral de critérios meritocráticos onde o acesso é limitado, mas isso é qualificado por um compromisso com a igualdade de oportunidades educacionais, levando a programas de ação afirmativa e a introdução de critérios não acadêmicos adicionais, destinados a reduzir as desigualdades nas oportunidades de admissão de grupos e categorias sociais desfavorecidos. Nas instituições de ensino superior universal, que por definição são inteiramente abertas, o critério é saber se um indivíduo optou por associar-se voluntariamente à instituição. O objetivo do acesso universal é para a igualdade de realização do grupo ao invés de uma igualdade de oportunidades individuais e esforços são feitos para alcançar uma distribuição social, de classe, étnica e racial no ensino superior, refletindo a da população em geral. (TROW, 1973, p. 14)

Apesar da implantação nos últimos anos de processos alternativos de seleção dos estudantes, o principal instrumento de seleção das universidades públicas estaduais paulistas, e o que mais discrimina, é o vestibular. Em conjunto, essas universidades ofereceram 87.180 vagas nos vestibulares de 2012 a 2015, disputadas por 1.221.706 candidatos, que resulta em pouco mais de 14 candidatos por vaga. As tabelas 1, 2 e 3, apresentam dados da concorrência dos vestibulares de 2012 a 2015, em cada uma das universidades, em seus novos *campi* – no geral e por cada curso implantado em novas unidades e na soma das unidades pré-existentes.

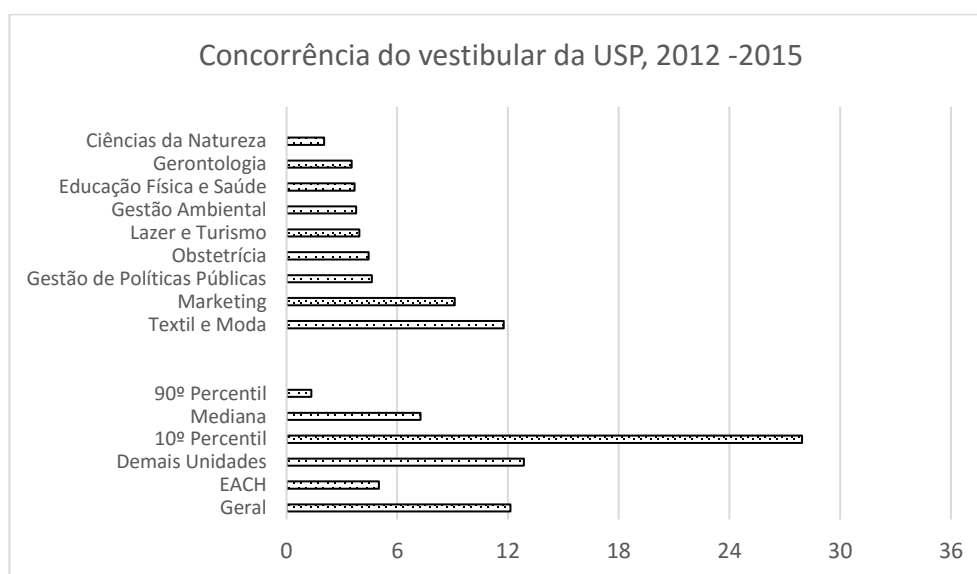


Figura 2: Concorrência dos vestibulares da USP expressa pela relação de candidatos por vaga (C/V) dos vestibulares de 2012, 2013, 2014 e 2015. Fonte: FUVEST.

No geral, os dados de concorrência no vestibular nos novos *campi* apresentam relação de candidatos por vaga consideravelmente menores que nas unidades pré-existentes, porém que não representam grande impacto na concorrência geral de cada universidade. É importante destacar a distribuição dessa concorrência por curso, bastante heterogênea, com destaque para o curso de Engenharia de Produção da FCA/UNICAMP, com relação C/V incluída entre as 10% maiores da universidade. No período destacado, a EACH/USP conta com duas das nove carreiras com relação C/V acima da mediana da universidade, a FCA/UNICAMP com cinco dos dez cursos e os novos *campi* da UNESP com cinco dos dezesseite cursos.

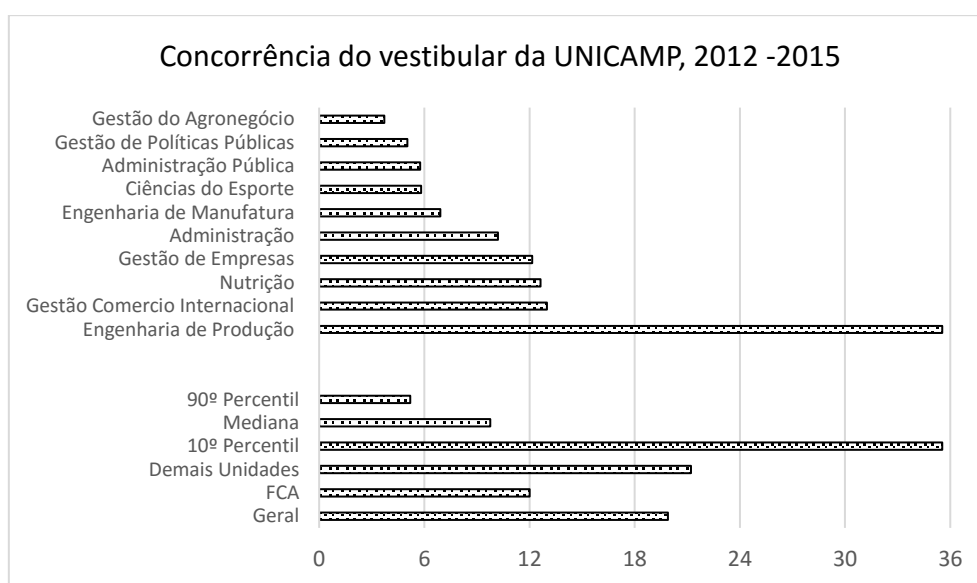


Figura 3: Concorrência dos vestibulares da UNICAMP expressa pela relação de candidatos por vaga (C/V) dos vestibulares de 2012, 2013, 2014 e 2015. Fonte: COMVEST.

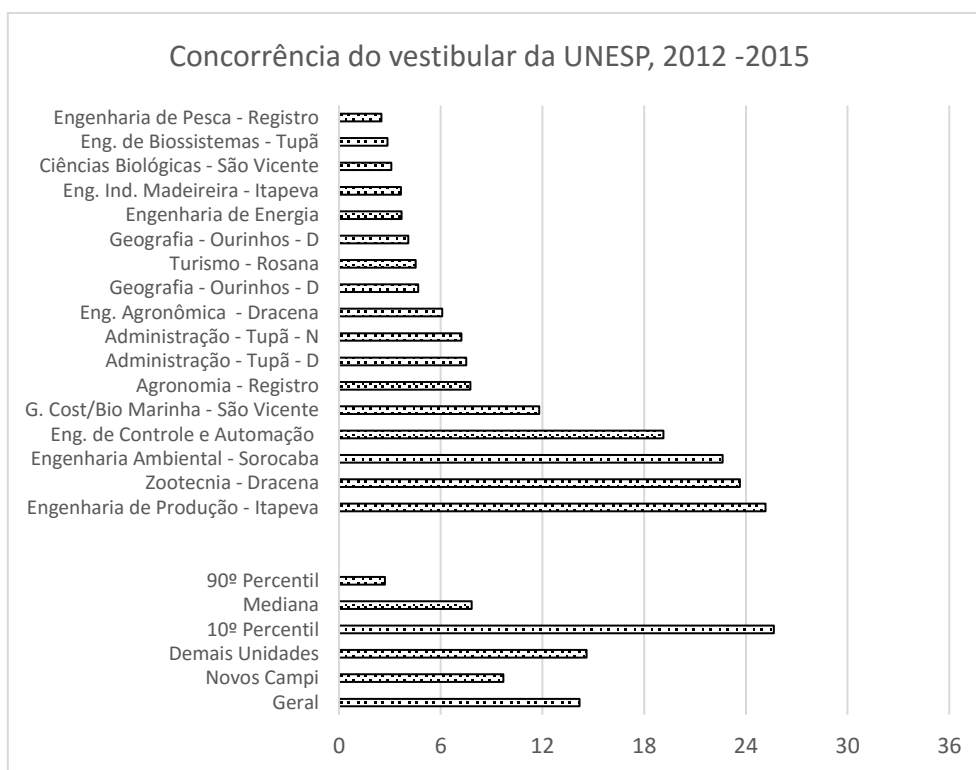


Figura 4: Concorrência dos vestibulares da UNESP expressa pela relação de candidatos por vaga (C/V) dos vestibulares de 2012, 2013, 2014 e 2015. Fonte: VUNESP.

Outro aspecto a ser analisado em relação ao processo de seleção é a participação de estudantes dos novos campi em programas de ação afirmativa. Pela caracterização de Trow (1973), essas universidades começam a dar indicativos de massificação na dimensão da seleção e acesso na medida em que incluem processos alternativos de concorrência, como é o caso do PROFIS na UNICAMP, PASUSP na USP e da SRVEBP na UNESP¹. As figuras 5, 6, 7 e 8 apresentam dados dos programas da USP e UNICAMP. No caso da UNESP, os dados do SRVEBP e SRVEBP+PPI não foram incluídos nessa análise uma vez que o programa foi criado em 2014, e seu impacto não pode ser analisado no recorte temporal deste presente trabalho.

¹ Para maiores informações sobre esses programas de ação afirmativa: CARNEIRO; ANDRADE; GONÇALVES (2012), PEREIRA; CARNEIRO; GONCALVES (2014). BERTOTTI (2013), VASCONCELOS (2016).

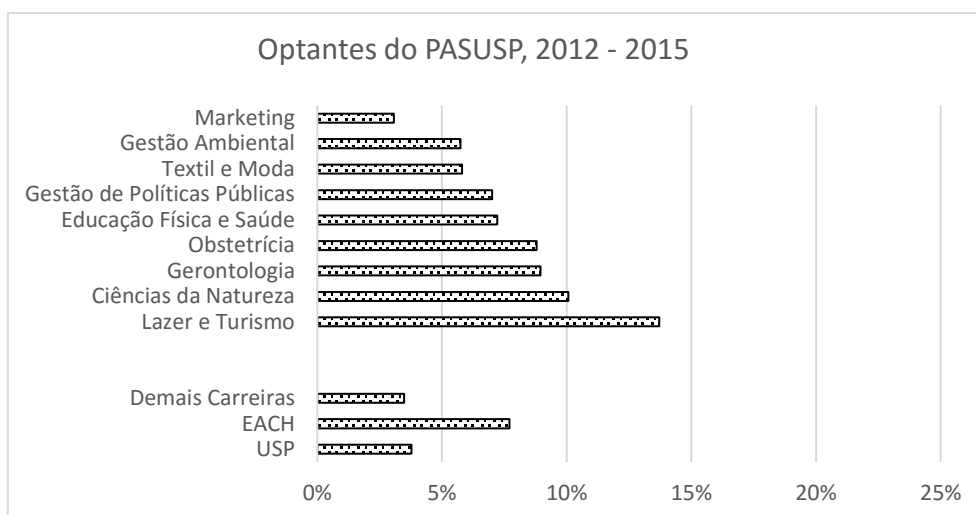


Figura 5: Percentual de ingressantes da USP que optaram pelo Programa de Avaliação Seriada da USP (PASUSP), no período de 2012 a 2015. Fonte: FUVEST.

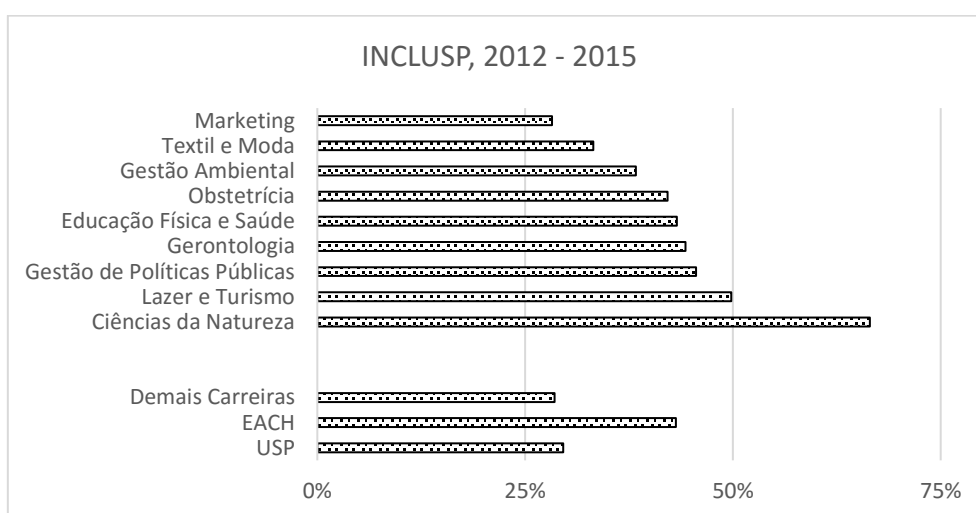


Figura 6: Percentual de ingressantes que tiveram bonificação pelo Programa de Inclusão Social da USP (INCLUSP), no período de 2012 a 2015. Fonte: FUVEST.

Os percentuais de ingressantes dos novos *campi* que participaram dos programas de ação afirmativa em geral foram maiores que nas unidades pré-existentes. Destaque para os valores da EACH/USP, principalmente de optantes pela PASUSP, percentualmente mais do que o dobro das unidades pré-existentes, e para os valores de isentos da taxa do vestibular da FCA/UNICAMP, que teve foi menor que nas demais unidades.

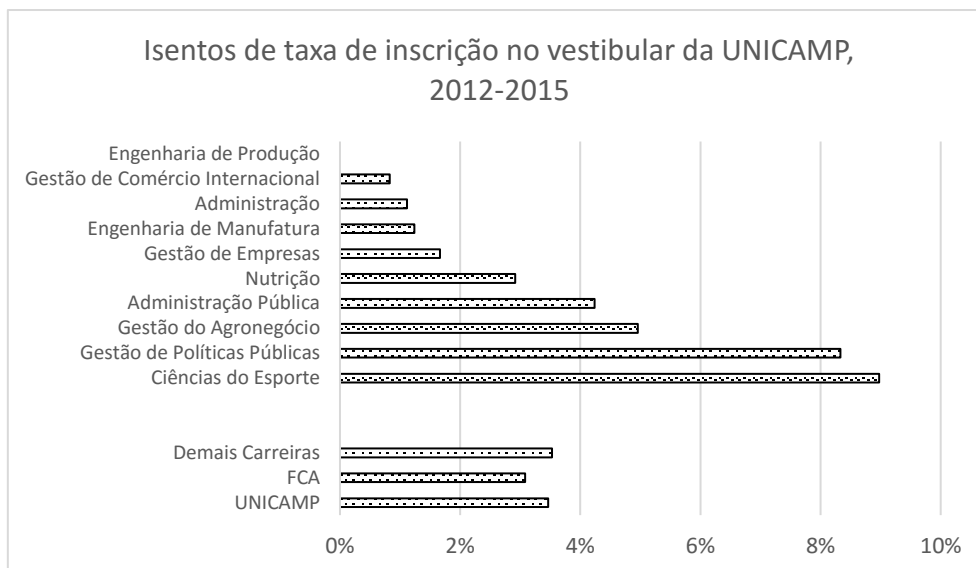


Figura 7: Percentual de ingressantes da UNICAMP com isenção da taxa de inscrição no vestibular por enquadrarem-se na condição de pessoas carentes, no período de 2012 a 2015. Fonte: COMVEST.

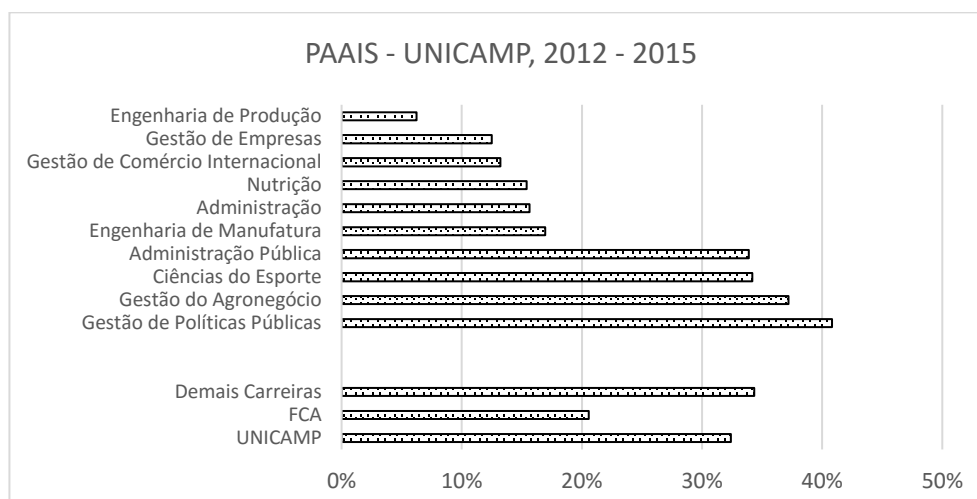


Figura 8: Percentual de ingressantes que tiveram bonificação pelo Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social da UNICAMP (PAAIS), no período de 2012 a 2015. Fonte: COMVEST.

Quanto aos dados do perfil socioeconômico, trataremos inicialmente a relação de estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas. As figuras 9, 10 e 11 apresentam esse dado em termos percentuais nos vestibulares de 2012 a 2015. O valor indicado representa a relação entre a soma das respostas preto, pardo e indígena pelo número total de ingressantes. Na USP e UNESP, os valores dos novos campi e de parcela significativa de cada curso foram superiores às unidades pré-existentes. Na EACH/USP, duas das nove carreiras tiveram valores inferiores, porém muito próximos da soma das unidades pré-existentes, e nos novos *campi* da UNESP, dois dos 13 cursos. Na FCA/UNICAMP, a situação se inverte, no geral a unidade teve o ingresso de um percentual menor de

autodeclarados pretos, pardos e indígenas, tendo dois de seus dez cursos com valores superiores aos das demais unidades pré-existentes.

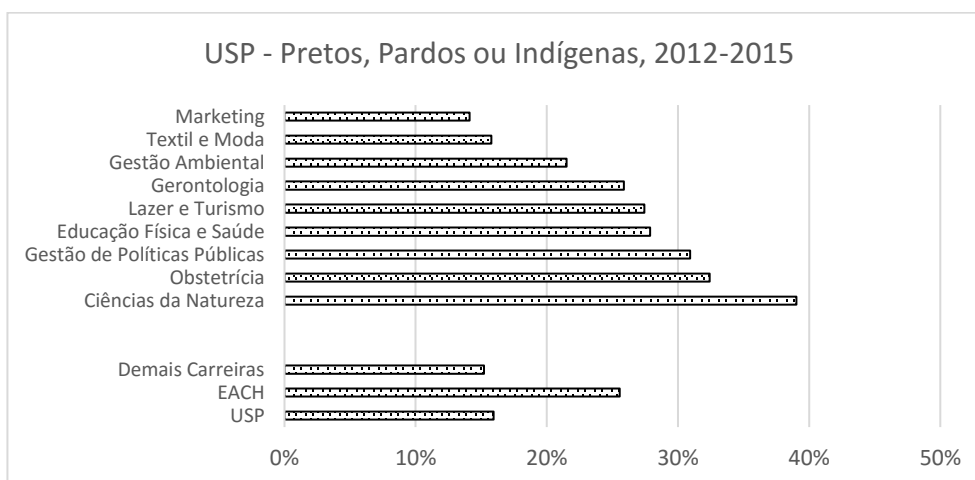


Figura 9: Percentual de ingressantes da USP que se declararam Pretos, Pardos ou Indígenas nos vestibulares de 2012, 2013, 2014 e 2015. Fonte: FUVEST.

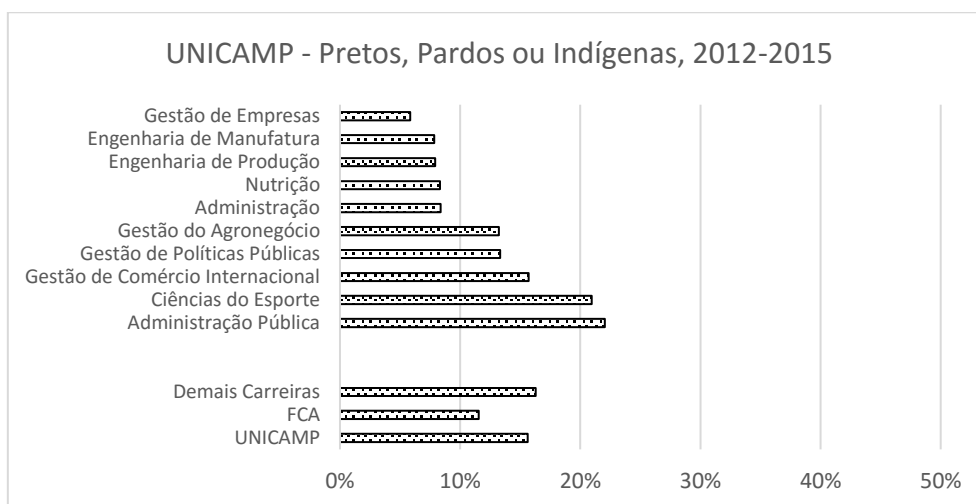


Figura 10: Percentual de ingressantes da UNICAMP que se declararam Pretos, Pardos ou Indígenas nos vestibulares de 2012, 2013, 2014 e 2015. Fonte: COMVEST.

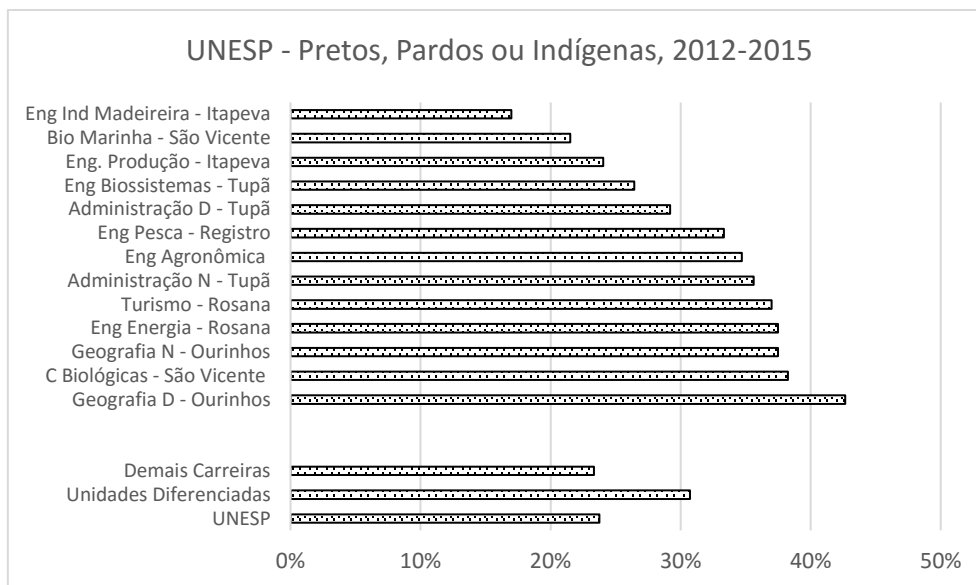


Figura 11: Percentual de ingressantes da UNESP que se declararam Pretos, Pardos ou Indígenas nos vestibulares de 2012, 2013, 2014 e 2015. Fonte: VUNESP.

Em termos da renda familiar mensal, os dados representam dois extremos: as figuras 12, 13 e 14 apresentam as rendas mensais inferiores a 5 salários mínimos; e as figuras 15, 16 e 17 as rendas superiores a 15 salários mínimos. Com relação às rendas mais baixas, os novos *campi* das três universidades apresentaram percentuais maiores que nas unidades pré-existentes, com diferença mais expressiva na USP, seguida da UNESP, e valores relativamente próximos na UNICAMP.

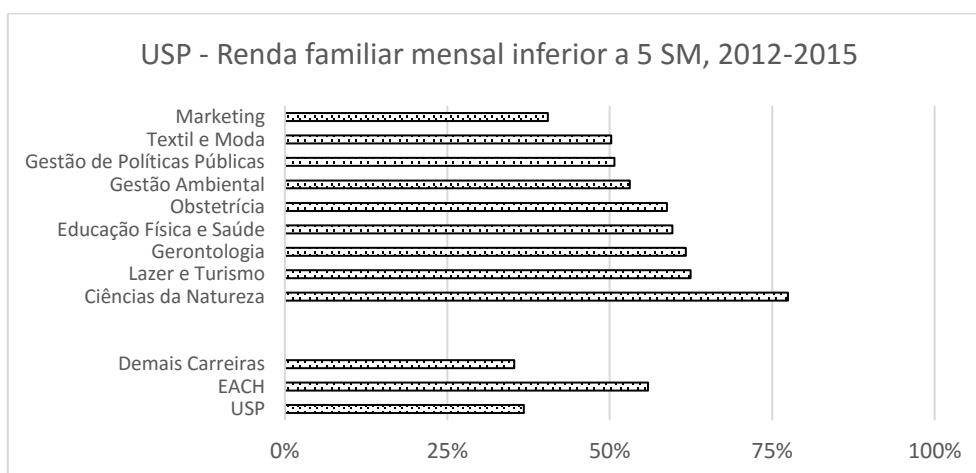


Figura 12: Percentual de ingressantes da USP que declararam renda familiar mensal inferior a 5 (cinco) salários mínimos. Fonte: FUVEST.

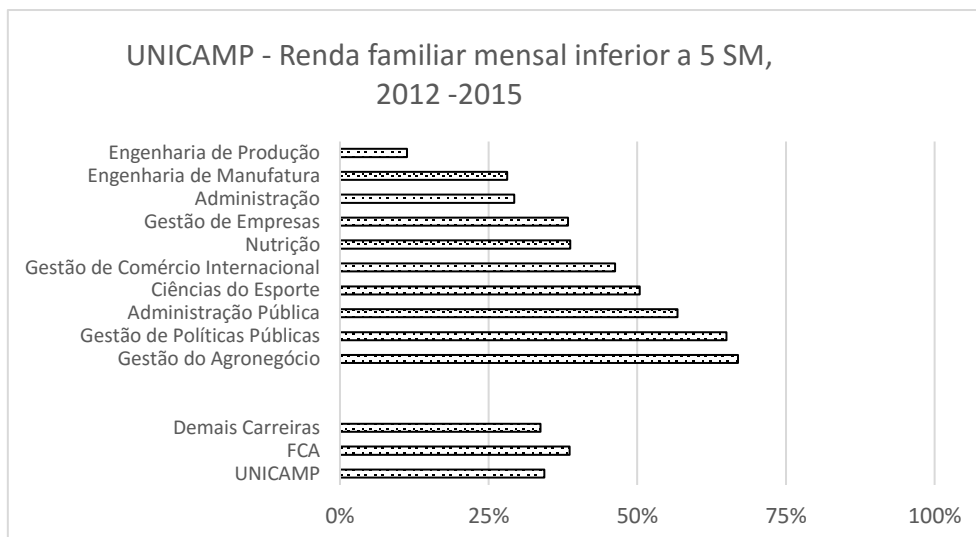


Figura 13: Percentual de ingressantes da UNICAMP que declararam renda familiar mensal inferior a 5 (cinco) salários mínimos. Fonte: COMVEST.

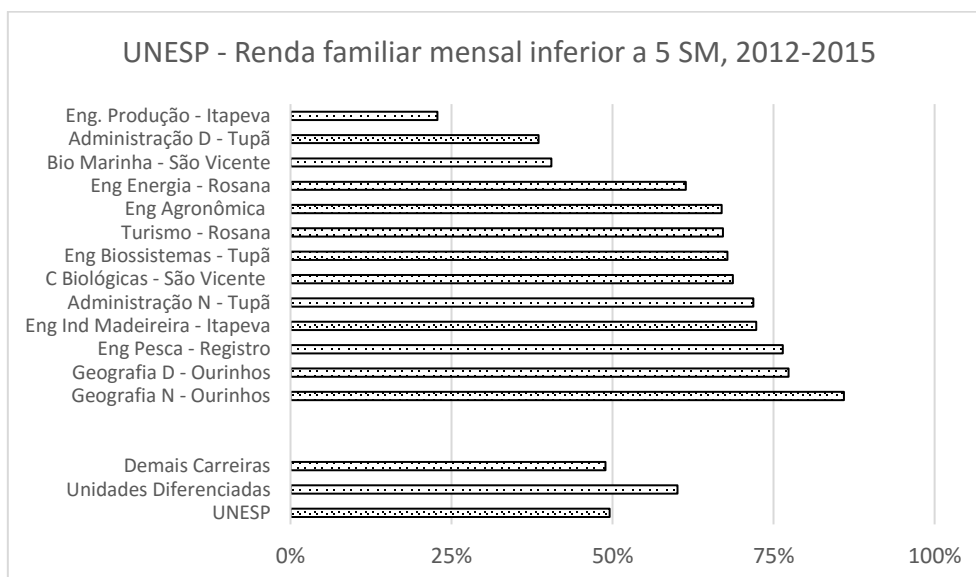


Figura 14: Percentual de ingressantes da UNESP que declararam renda familiar mensal inferior a 5 (cinco) salários mínimos. Fonte: VUNESP.

Quanto às rendas familiares maiores, a EACH/USP apresentou percentuais significativamente menores, os novos *campi* da UNESP percentuais menores e a FCA/UNICAMP apresentou valores equivalentes às unidades pré-existentes. Importante destacar que assim como em outros indicadores, a distribuição dos percentuais por cursos é bastante heterogênea.

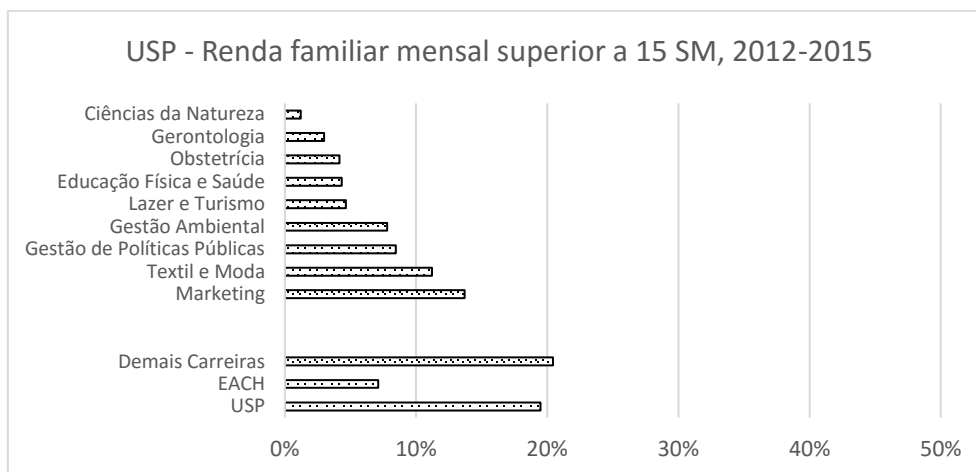


Figura 15: Percentual de ingressantes da USP que declararam renda familiar mensal superior a 15 (quinze) salários mínimos. Fonte: FUVEST.

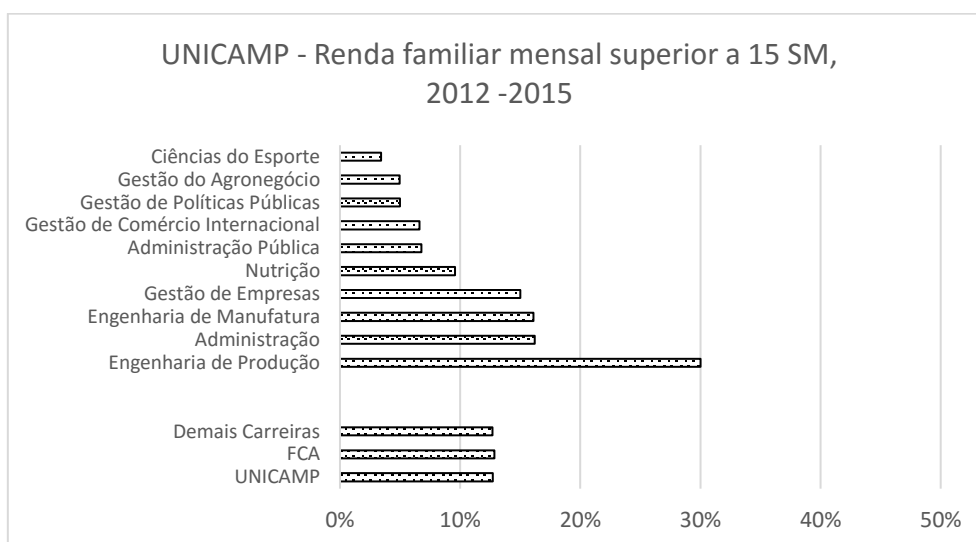


Figura 16: Percentual de ingressantes da UNICAMP que declararam renda familiar mensal superior a 15 (quinze) salários mínimos. Fonte: COMVEST.

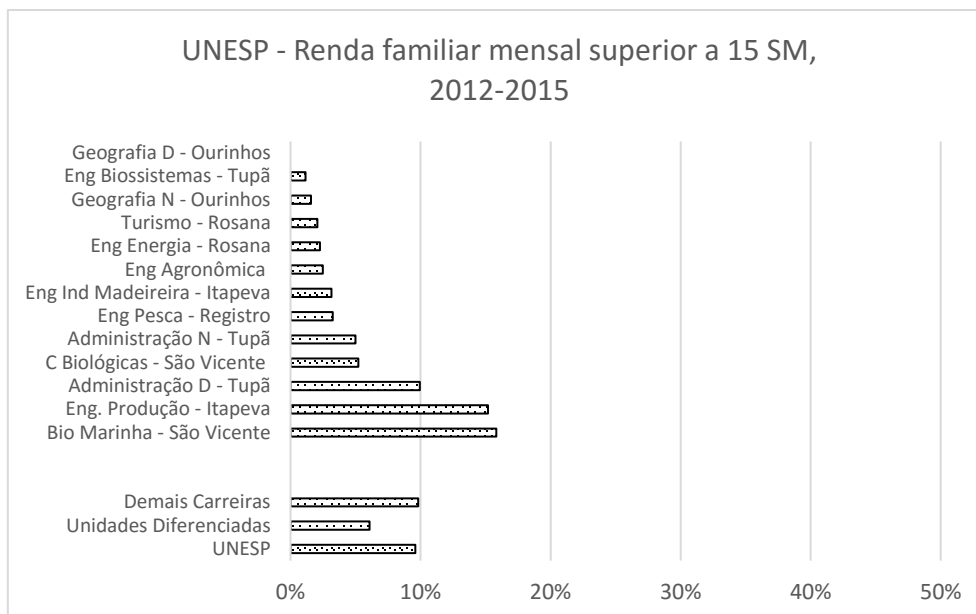


Figura 17: Percentual de ingressantes da UNESP que declararam renda familiar mensal superior a 15 (quinze) salários mínimos. Fonte: VUNESP.

Por fim, as figuras 18, 19 e 20 apresentam os percentuais de ingressantes que declararam ter cursado o ensino médio integralmente ou em sua maior parte em escolas públicas. Na USP e UNESP, os valores dos novos *campi* foram significativamente superiores às unidades pré-existentes. Na FCA/UNICAMP, a situação se inverte, no geral a unidade teve o ingresso de um percentual menor de estudantes provenientes da escola pública.

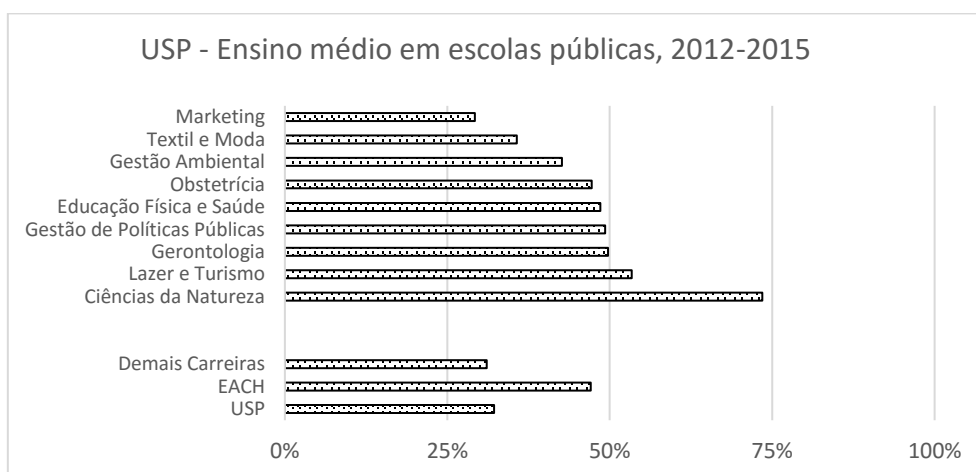


Figura 18: Percentual de ingressantes da USP que declararam ter cursado o ensino médio integralmente ou em sua maior parte em escolas públicas. Fonte: FUVEST.

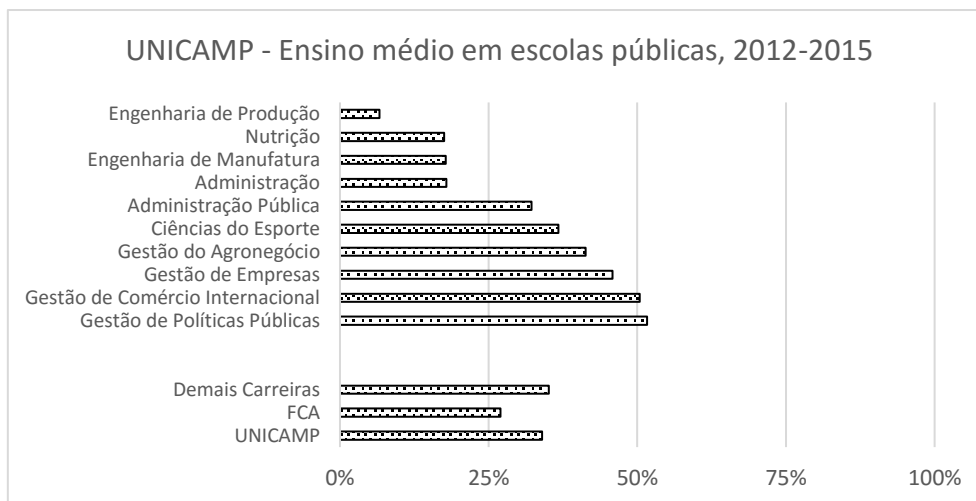


Figura 19: Percentual de ingressantes da UNICAMP que declararam ter cursado o ensino médio integralmente ou em sua maior parte em escolas públicas. Fonte: COMVEST.

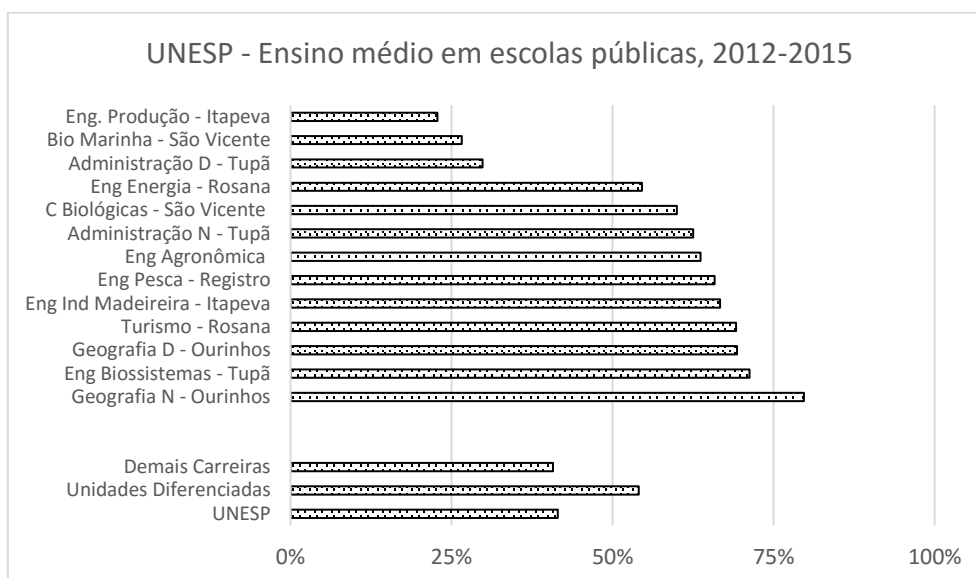


Figura 20: Percentual de ingressantes da UNESP que declararam ter cursado o ensino médio integralmente ou em sua maior parte em escolas públicas. Fonte: VUNESP.

Considerações finais

A análise dos dados permite indicar diferenças no perfil geral dos estudantes nos novos *campi* de USP, UNICAMP e UNESP, porém que não são isoladamente suficientes para caracterizar o processo de diferenciação nessas universidades. Conforme o recorte proposto para esse estudo, é possível afirmar que o conjunto de estudantes ingressantes nos novos *campi* de USP e UNESP apresentam características socioeconômicas de níveis mais baixos que os estudantes das unidades pré-existentes nessas universidades. Na UNICAMP os dados do novo *campus* não apresentam o mesmo comportamento, em

alguns casos indicando perfil socioeconômico de ingressantes mais alto que o conjunto das demais unidades da universidade.

A grande disparidade entre o perfil socioeconômico dos diferentes cursos indica que uma análise que contemple as diferenças entre cursos de um mesmo *campi* pode demonstrar um processo de estratificação horizontal (RIBEIRO; SCHLEGEL, 2015) relevante para a definição do perfil discente dessas unidades e de suas diferenças com as unidades pré-existentes. Nesse sentido, para analisar o processo de diferenciação nos novos *campi* é necessário compor os dados do perfil dos estudantes com caracterizações das carreiras implantadas, suas finalidades, seu prestígio ocupacional e características curriculares.

Por fim, o processo de diferenciação nessas universidades apenas poderá ser analisado em sua complexidade a partir da conjunção dessas dimensões – corpo discente e cursos – com características da administração dos novos *campi*, da missão e do conceito de universidade contemplado no projeto acadêmico de cada unidade e de caracterizações de seu corpo docente. Além disso, é importante destacar que a alteração ou manutenção de qualquer uma dessas características não são processos naturais, sendo resultados de ações políticas. A análise da diferenciação da universidade em seus processos de expansão não pode deixar de considerar a ação dos movimentos e atores políticos.

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, Vilma. Ampliação e diversificação de acesso no ensino superior: a formação do sistema de massa no setor privado (1995-2010). Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Estadual de Campinas, 2013.
- AMARAL, Daniela Patti do. O Programa Universidade para Todos e a ampliação do acesso ao ensino superior: diferentes discursos, difíceis consensos. In: 33ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, Caxambu, 2010.
- AVILA, Sueli de Fatima Ourique de. A expansão da educação superior provada no estado do Rio de Janeiro. In: 36ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, Goiânia, 2013.
- BERTOTTI, Mauro. Inclusão social na USP: mérito e diversidade. Química Nova, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 205, 2013.
- CALDERON, Adolfo Ignacio; LOURENÇO, Henrique da Silva. Terceirização da Educação Superior: cronologia e mapeamento da expansão das cooperativas de

- mão de obra docente à luz da mídia escrita. In: 32ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, Caxambu, 2009.
- CLARK, Burton R. Academic Differentiation in National Systems of Higher Education. *Comparative Education Review*, Chicago, n. 2, Jun., pp. 242-258, 1978.
- CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS. *Expansão do Sistema Estadual Público de Ensino Superior*. São Paulo: Cruesp, 2001.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Meta de USP, Unesp e Unicamp é fortalecer ensino público. Folha de São Paulo. São Paulo, 12/07/2001. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u5097.shtml>. Acesso em 19/10/2015.
- GARCIA, Dirce Maria Falcone. Educação à distância, tecnologias e competências no cenário da expansão do ensino superior: pontuando relações, discutindo fragilidades. In: 31ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, Caxambu, 2008.
- GARCIA, Rafael. Alckmin quer que universidades cresçam sem repasse maior do ICMS. Folha de São Paulo. São Paulo, 02/08/2001. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u5393.shtml>. Acesso em 19/10/2015.
- GOMES, Alfredo Macedo; MORAES, Karine Nunes de Moraes. A expansão da educação superior no Brasil Contemporâneo: questões para o debate. In: 32ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, Caxambu, 2009.
- GOMES, Alfredo Macedo; MORAES, Karine Nunes de. Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 118, p. 171-190, janeiro a março de 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n118/v33n118a11.pdf> >. Acesso em: 18 de fevereiro de 2016.
- HUISMAN, Jeröen. Differentiation and diversity in higher education systems. IN: SMART, John C. (ed.), *Higher education in handbook of theory and research*, New York: Agathon Press, vol. 13, 1998.
- JEZINE, Edineide; BITTAR, Mariluce (Org.). *Políticas de Educação Superior no Brasil: expansão, acesso e igualdade social*. 1. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.
- KERR, Clark. *Os usos da universidade*. Fortaleza: Edições UFC, Universidade Federal do Ceará, 1982.
- LÉDA, Denise Bessa. Universidade nova/plano de reestruturação e expansão das universidades federais: mais uma dose da reforma universitária? In: 29ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED. Caxambu, 2006.

- LOPES, Paulo Roberto. Universidades estaduais de SP querem criar 120 mil vagas. Folha de São Paulo. São Paulo, 12/07/2001. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u5096.shtml>. Acesso em 19/10/2015.
- MANCEBO, Deise. Educação superior no Brasil: expansão e tendências (1995-2014). In: 37º Reunião Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, Florianópolis, SC, 2015.
- MANCEBO, Deise; BITTAR, Mariluce; CHAVES, Vera Lúcia Jacob (Orgs.). Educação Superior: expansão e reformas educativas. Maringá: Eduem, 2012.
- MAUÉS, Olgaíses Cabral. A expansão e a internacionalização da educação superior. In: 37ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, Florianópolis, 2015.
- MAUÉS, Olgaíses Cabral; SOUZA, Michele Borges de. A expansão da educação superior no Brasil e as políticas de formação de professores. In: 36ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, Goiânia, 2013.
- MEDEIROS, Luciene das Graças Miranda. REUNI: uma nova regulação para a expansão da educação superior pública ou um maior controle das universidades federais? In: 35ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, Porto de Galinhas, 2012.
- OLIVEIRA, Marlize Rubin; PEZARICO, Giovanna. Movimentos de expansão dos programas de pós-graduação (stricto sensu) no sudoeste do Paraná. In: 37ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, Florianópolis, 2015.
- PEREIRA, E. M. A.; CARNEIRO, A. M.; GONCALVES, M. L. Inclusão no Ensino Superior: política e currículo. Políticas Educativas, v. 7, p. 75-91, 2014.
- REAL, Giselle Cristina Martins. Expansão e avaliação na fronteira: efeitos da política de educação superior. In: 36ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, Goiânia, 2013.
- RIBEIRO, Carlos Antônio Costa; SCHLEGEL, R. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil (1960 a 2010). Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. 40 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- SAMPAIO-ANDERY, Helena. Ensino superior e os limites para a consolidação de um sistema de massa. In: La Interseccionalidad en Debate. Actas del Congreso internacional Indicadores Interseccionales y Medidas de Inclusión Social en Instituciones de Educación Superior, v. 1, 2012.
- SGUISSARDI, Valdemar, SILVA JR, J. (orgs.). As novas faces da educação superior no Brasil. Reformas do estado e mudanças na produção. São Paulo: Cortez; Ed. USF. 2001.

- SILVA JR, João dos Reis. Reforma do estado e da educação no Brasil de FHC. São Paulo: Xamã, 2002.
- SMELSER, Neil J. Growth, Structural Change, and Conflict in California Public Higher Education, 1950-1970. In: SMELSER, Neil J.; ALMOND, Gabriel. Public Higher Education in California, Berkeley: University of California Press, p.9-141, 1974.
- SOUSA, J. V. Expansão e Avaliação da educação superior brasileira: formatos, desafios e novas configurações. Belo Horizonte: Fino Traço/Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, 2015.
- SOUSA, José Vieira de. Natureza e tendências dos cursos de graduação presenciais criados no Distrito Federal entre 1995 e 2005. In: 30º Reunião Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, Caxambu, 2007. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/index.htm> Acesso em: 13 de Setembro de 2016.
- SOUZA, José Vieira de. Aumento de vagas ociosas na educação superior brasileira (2003-2008): redução do poder indutor da expansão via setor privado? In: 33ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, Caxambu, 2010.
- SOUZA, Juliana Brito de; PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. Política de expansão dos cursos superiores de tecnologia: nova face de educação profissional e tecnológica. In: 35ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, Porto de Galinhas, 2012.
- TAKADA, Paula. Expansão menos acelerada. *Jornal da USP*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Ano XV, número 581. Disponível em <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2002/jusp581/caderno/univers.html>. Acesso em 05/10/2015.
- TROW, Martin. Problems in the transition from elite to mass higher education. Berkeley: Carnegie Commission on Higher Education, 1973.
- TROW, Martin. Reflections on the transition from elite to mass to universal access: forms and phases of higher education in modern society since WWII. Berkeley: eScholarship/University of California, 2005. Disponível em: <<http://escholarship.org/uc/item/96p3s213>>. Acesso: 10 de set. 2015.
- VALE, Andréa Araujo do. A expansão do segmento privado-mercantil na educação superior brasileira: o caso da Estácio de Sá. In: 35ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, Porto de Galinhas, 2012.
- VASCONCELOS, Mário Sérgio; GALHARDO, Eduardo. O programa de inclusão na Unesp: valores, contradições e ações afirmativas. Dossiê: X Encontro Ibero-Americano de Educação, v.11, p.285-306, 2016.
- ZAGO, Nadir; PEREIRA, Thiago Ingrassia. Expansão do ensino superior: problematizando o acesso e a permanência de estudantes de uma nova

universidade federal. In: 37ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, Florianópolis, 2015.